

Resenha

A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil

autor Marcus Vinícius Fonseca
cidade Bragança Paulista
editora EDUSF
ano 2002

“Elucidar o sentido da questão educacional no contexto do processo de abolição do trabalho escravo e sua importância para a proposta de integração dos negros à sociedade como seres livres” (p. 11) é o objetivo de *A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil* de Marcus Vinícius Fonseca.

Marcus Vinícius Fonseca graduou-se em Filosofia pela PUC-MG e fez o mestrado em Educação pela Faculdade de Educação da UFMG. É professor de Filosofia e História da Educação na FUMEC e na UEMG, e atualmente faz doutorado na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Este trabalho vem acrescentar mais um título à importante série Coleção Estudos CDAPH, editada pela EDUSF, que muito vem contribuindo para os estudos de história da educação na atualidade.

Através da análise de fontes primárias como as *Falas do Trono*; relatórios e anexos de relatórios dos ministros e secretários de estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas; os projetos de lei apresentados à Câmara dos Deputados sobre a Lei do Ventre Livre e a própria Lei; anais de congressos agrícolas, que reuniram proprietários rurais; além de obras de ativistas políticos que militaram em prol da abolição; e embasado numa importante bibliografia sobre escravidão, história da infância e história da educação brasileira, o autor pretende “realizar uma análise das concepções e práticas educacionais em relação aos negros e que foram apresentadas como essenciais para o encaminhamento da abolição do trabalho escravo no Brasil” (p. 9), analisando de 1867 a 1889, sendo a ênfase dada à Lei do Ventre Livre, de 1871.

Fonseca adverte que os sujeitos da pesquisa são políticos, intelectuais e senhores de escravos, “os indivíduos que mais diretamente se envolveram com o projeto de abolição da escravidão e a arquitetura jurídica construída para realizar essa tarefa” (p. 11). Fonseca justifica a utilização da visão dos senhores, pois essa representaria “a tentativa de se produzir novas estratégias de dominação para os negros durante os anos finais da escravidão”, já que ele entende essa educação como “um mecanismo de dominação que permitisse a manutenção da hierarquia social e racial” (p. 16). Mesmo sendo o objetivo do autor tomar como pontos de vistas o dos opressores, faz falta ao trabalho uma nota sobre a importância de se pensar na posição dos próprios negros em relação à educação.

O livro se divide em três partes: “A educação dos negros na legislação abolicionista: a Lei do Ventre Livre (1871)”, “Propostas e práticas educacionais em relação à educação de crianças negras de 1871 a 1888”, e “Características das práticas educativas nas associações para as crianças nascidas livres de mães escravas”.

Na primeira parte do Capítulo 1, “A Lei do Ventre Livre em meio ao processo de abolição”, o autor realiza uma discussão sobre a historiografia da abolição e explicita sua posição: seu objetivo seria ressignificar a Lei do Ventre Livre, entendendo-a não apenas como um instrumento usado pela elite, mas como possibilidade de “reconhecimento dos negros como elementos presentes na sociedade [...] como também de forjar resistências no cotidiano de uma sociedade que se encontrava em transformação” (p. 29). Ele discute mais especificamente a Lei do Ventre Livre na historiografia e o próprio texto da Lei, considerando haver nela uma intencionalidade pedagógica, que seria a concepção de liberdade associada a um modelo de sociedade desejado pela elite brasileira, principalmente a agrária, que era a detentora do maior número de escravos.

A segunda parte, “A educação como uma das condições para a abolição do trabalho escravo”, traça um panorama da situação brasileira no período da abolição. A estrutura escravista estaria sofrendo pressões pela abolição: as internas – as mais variadas formas de resistência dos escravos, que o autor não aprofunda; e as externas representadas pela revolução no Haiti, presente no imaginário da elite brasileira, revolução esta que coloca em cheque a noção de controle social sobre os escravos; a guerra civil americana, que teria mostrado

ao Brasil como a questão servil divide um país, e por último a pressão inglesa pelo fim do tráfico, que ameaçava a soberania nacional. Essa conjuntura teria levado a que “o governo iniciasse um processo de tratamento da questão da escravidão” (p. 41), momento em que a questão da educação dos escravos aparece, já que para Fonseca era um consenso entre o grupo analisado a necessidade de extinguir a escravidão lenta e progressivamente, de forma que não abalasse a sociedade. A Lei do Ventre Livre, que previa que os filhos de escrava nascessem livres mas sendo mantidos no mínimo até os oito anos de idade com os senhores, e caso estes desejassem, até os 21 anos, seria a preparação dos negros para a liberdade, já que nesse tempo os senhores deveriam “criar-os e educar-os”. Fonseca resume: “a libertação do ventre e a educação eram articuladas como dimensões fundamentais na preparação dos negros para a liberdade” (p. 44).

Por fim, “Criação e educação: entre o público e o privado”, trata da discussão sobre a quem recairia a responsabilidade de educar as crianças nascidas livres. O autor mostra que a Lei do Ventre Livre trouxe um problema: os filhos de escravas nasceriam livres, mas seriam mantidos até os oito anos com os senhores, portanto seriam educados como escravos. Fonseca recupera os debates acerca do projeto da Lei do Ventre Livre e identifica a intenção de alguns setores de atribuir aos senhores a obrigação da educação das crianças negras, enquanto os setores afinados com os proprietários desejavam que o Estado se incumbisse da tarefa. Fonseca mostra que a Lei ganhou um caráter dúbio, já que a palavra “educar” foi trocada por “criar”, eximindo os proprietários da obrigação legal de destinar instrução para os escravos nascidos após 1871. Segundo o autor, essa troca se deveu à negociação feita entre parlamentares e senhores de escravos para que a lei fosse aprovada, já que “criar e educar eram praticamente sinônimos no domínio social” (p. 53). Fonseca considera, portanto, que há uma cisão: as crianças que fossem mantidas pelos senhores até 21 anos, como a lei previa, seriam tratadas como escravos, não recebendo instrução; as que fossem entregues aos Estado aos oito anos, estariam ligadas à educação escolar. A distinção entre educar e criar se daria, portanto, pelo acesso à instrução. Ele finaliza o capítulo se apropriando do termo cunhado por Célia Maria Marinho de Azevedo, a *pedagogia da transição*, que trata de como se deu o processo de abolição no Brasil, que foi direcionada para a manutenção da ordem

vigente. Para Fonseca, mesmo que nem todas as crianças nascidas após 1871 de mãe escrava tivessem acesso à instrução, o debate gerado acerca da importância desta mostra que a educação “foi defendida como uma estratégia voltada [...] para a manutenção da hierarquia racial construída ao longo da escravidão” (p. 59).

O capítulo 2 começa com a subdivisão “A educação das crianças nascidas livres de mãe escrava de 1871 a 1879”, em que Fonseca retoma a discussão sobre a ambigüidade da Lei do Ventre Livre acerca dos padrões educacionais destinados às crianças nascidas livres. Isto é, as entregues ao Estado, sendo instruídas e as mantidas pelos senhores, educadas nos moldes escravocratas. Para ele, 1879 é um marco, pois nesse ano os proprietários deveriam optar por entregar as crianças, recebendo uma indenização por elas, ou mantê-las em seu poder até os 21 anos. O autor acompanha as discussões efetuadas durante o período, mostrando a preocupação do ministro da Agricultura com o destino das crianças: o governo não teria recursos para indenizar os senhores se uma grande parte deles optasse por entregar as crianças, e também não haveria instituições educacionais suficientes para receber as crianças, caso isso ocorresse. Ele analisa os debates do Congresso Agrícola do Rio de Janeiro e o Congresso Agrícola do Recife, realizados em 1878, como um espaço de discussões do governo com os senhores de escravos. A principal preocupação presente neles seria a “crise na lavoura”. No congresso realizado no Rio de Janeiro, a carência de braços era identificada como uma das preocupações, assim como a carência de capitais. Esses proprietários reivindicavam a necessidade de investimentos e a imigração externa. No congresso realizado em Recife, a crise seria um problema de capitais, com os proprietários de terra reivindicando financiamentos, sendo desfavoráveis à imigração. Segundo Fonseca, todos esses agricultores apresentavam opiniões favoráveis à educação dos ingênuos, mas uma educação voltada para o trabalho, com um caráter agrícola, o que para o autor teria levado à geração de propostas de criação de escolas agrícolas, mas que se dividiria em dois sistemas diferenciados: “um, voltado para os filhos dos proprietários, verdadeiros centros de excelência que propiciariam a absorção e a introdução de técnicas modernas na agricultura brasileira; e outro, uma rede de escolas-orfanatos, colônias ou escolas primárias, que propiciariam a habilitação profissional dos ingênuos e dos

pobres de uma maneira geral” (p. 84); sendo que Fonseca entende que a educação dos ingênuos para os agricultores da região Norte seria uma parte da preparação da chamada mão-de-obra nacional, enquanto para os da região Sul, seria um estágio de preparação para a introdução do trabalho estrangeiro no país. Além disso, a educação agrícola representaria um modo de prender os ex-escravos ao campo, evitando a fuga para os centros urbanos que seria mais um fator de perda de trabalhadores para a agricultura. O autor finaliza o capítulo mostrando que toda essa preocupação com uma pretensa educação diferenciada para os nascidos livres (a “instrução”) não se concretizou plenamente, já que houve uma prática generalizada de manter os menores até 21 anos, uma forma de manter uma mão-de-obra barata e acessível. Apresentando um relatório do ministro da Agricultura de 1885, Fonseca mostra que menos de 1% das crianças foram entregues ao Estado, o que para ele representa que “a maioria das crianças que nasceram livres de mãe escrava após 1871 foram educadas, ou criadas, pelos senhores de suas mães e não necessariamente a partir dos padrões educacionais que os debates em torno da Lei do Ventre Livre haviam sugerido como necessários à transição para a sociedade organizada a partir do trabalho livre” (p. 98).

No item seguinte, “A educação das crianças nascidas livres de mãe escrava de 1879 a 1888”, Fonseca analisa a educação das crianças entregues ao governo a partir das instituições que as receberam. Esse período seria de refluxo nas preocupações acerca da educação das crianças negras, a relação do Estado com as instituições criadas para receber as crianças teria mudado: antes de 1879 estas instituições eram incentivadas, recebiam apoio financeiro, eram objeto de preocupação do Estado. Com a verificação de que a quantidade de crianças entregues fora abaixo das expectativas, a preocupação com essas crianças muda. A questão dos ingênuos teria se deslocado do lugar de origem: da questão abolicionista para a questão da infância desamparada. Segundo ele, essa inversão seria uma “forma promissora descoberta pelos senhores para resolver os problemas relativos à falta de mão-de-obra” (p. 113). Essas crianças, depois de passarem pela educação em determinadas instituições – especialmente agrícolas –, seriam aproveitadas como “agregados” que virariam mão-de-obra gratuita e fiel. Fonseca analisa alguns casos de asilos e colônias agrícolas criadas nesse período em diferentes estados (Goiás, Rio de Janeiro, Pernam-

buco) para mostrar isso, entretanto deixa de lado possíveis especificidades de cada região e das instituições. Mas ele mostra como crianças pobres, vindas ou não do cativo, foram igualmente utilizadas para suprir a falta de mão-de-obra no período. Para ele, a questão da educação dos ingênuos foi sendo “rapidamente diluída em meio aos problemas da infância pobre, que passa a ser o lugar onde as questões relativas às crianças negras serão tratadas durante o final do século XIX e, possivelmente, nas décadas iniciais do século XX” (p. 115).

No capítulo 3, a primeira parte constitui-se de “A condição racial dos alunos das associações para educação dos filhos livres da mulher escrava”, em que Fonseca discute a terminologia “libertos” utilizada para as crianças nascidas livres, que segundo ele “revela os limites da definição da liberdade contida na lei, reafirmando, no plano social, a condição de escravidão dessas crianças” (p. 118), já que em tese elas nasceriam livres, não podendo, portanto, ser chamadas de “libertos”. Analisando estabelecimentos voltados para a educação de crianças pobres, ele conclui que se não eram explicitamente destinadas às crianças negras, a maior parte de sua clientela o era.

A seguir, Fonseca passa às “Características das práticas pedagógicas das associações para educação das crianças nascidas livres de mulher escrava: instrução, moral e trabalho”. Ele analisa os três elementos colocados em destaque pelos programas de ensino das instituições que se voltaram para a educação daquelas crianças: a educação para o trabalho, a educação moral de caráter religioso e a instrução. Mostrando que os dois primeiros elementos seguiam parâmetros da escravidão, serviam para formar seres úteis à sociedade, isto é, bons trabalhadores que teriam virtudes como paciência, humildade, resignação, submissão. Segundo o autor, a instrução elementar foi o único elemento novo, a valorização da escrita e da leitura teria sido “apresentada como um fator importante no período de transição para a sociedade livre” (p. 139), sendo mesmo cobrada pelo Estado às associações ou aos particulares que recebiam tutelas de crianças entregues. Infelizmente, ele não se pergunta por que essa instrução não era cobrada dos senhores que mantinham as crianças, já que a divisão estantage sugeria entre criar (senhores) e educar (Estado) o impediu de procurar ações diferentes, pois sabe-se da existência de crianças mantidas em poder dos senhores e que tiveram acesso à educação escolar. Mesmo considerando a instrução um elemento de

“vantagem” (p. 126) das crianças entregues ao Estado sobre as mantidas pelos senhores, ele demonstra que “o discurso educacional em relação aos negros e sua liberdade nada tem de revolucionário e de transformação radical” (p. 142). A educação vinculada à abolição da escravidão na verdade seria responsável por conservar os negros como trabalhadores subalternos, como base da pirâmide social: a educação foi reivindicada com propósitos claros de minimizar o processo de transformação da sociedade e conservar a ordem herdada do período escravocrata” (p. 142).

O terceiro capítulo é finalizado com “A infância negra no processo de abolição do trabalho escravo”. Para o autor, a criança negra seria uma metáfora do trabalhador ou da sociedade futura, as discussões que a cercaram não tinham como prerrogativa sua proteção ou a defesa de seus direitos, mas sim faziam parte de “uma proposta mais ampla de reorganização da sociedade” (p. 143). Através dos debates realizados entre juristas, políticos e intelectuais do período acerca dos termos atribuídos às crianças negras (filhas de escravos e ex-escravos) Fonseca conclui que o fato de serem tratadas como *ingênuos* ou *libertos* demonstra o espaço social a que esses indivíduos são relegados, trariam o estigma da escravidão, o que inviabilizaria o surgimento de uma sociedade igualitária. Fonseca considera o período que analisa como um momento de ressignificação da infância escrava: haveria uma mudança de atitude em relação a essas crianças, cuja principal característica seria a importância dada à educação, evidenciada nas críticas que as práticas educativas em relação a elas começaram a sofrer a partir de vários setores da sociedade. Para isso, ele analisa o romance *As vítimas-algozes: quadros a escravidão*, de 1869, escrito por Joaquim Manoel de Macedo, que criticaria a educação recebida pelas crianças escravas no cativeiro e defenderia a necessidade de que elas recebessem uma educação que as preparasse para a liberdade, o que para Fonseca “levou para o texto literário aquilo que se encontrava como uma preocupação fundamental dos articuladores da Lei do Ventre Livre, de que era preciso não só pensar as formas mais convenientes de se colocar fim na escravidão mas projetar estratégias que preparassem os negros para a liberdade e combatessem os vícios que eles traziam da escravidão” (p. 166). Fonseca analisa a mudança do estatuto das crianças negras, que de um “adestramento” que recebiam durante a escravidão teriam passado a “edu-

candos” ou “alunos” nas instituições que os receberam, assim como uma mudança nos ciclos de idade, diferentemente do que ocorria no cativeiro, quando a partir de 7 ou 8 anos já recebiam atribuições e responsabilidades de escravos. Fonseca retoma a discussão da fusão da questão da criança negra com a questão da criança pobre e desamparada, mostrando que a especificidade das primeiras seria o preconceito racial que elas sofriam. Seu intuito não é aprofundar a questão, mas ele mostra uma relação interessante entre educadores e higienistas, sugerindo que a relação entre higienismo e práticas discriminatórias na educação que vigiavam no início do século XX são resultado desse amplo processo, quando os negros são percebidos como um problema a ser enfrentado pelos interesses da pátria.

Apesar de alguns problemas pontuais citados durante essa resenha (generalizações partindo de algumas instituições específicas e considerando-as para todo o país; uma divisão muito estanque entre criar e educar, não levando em conta que crianças mantidas pelos senhores também tiveram acesso à escolarização; desinteresse em tentar apreender a percepção que os próprios negros tiveram do processo estudado e os diferentes modos como a educação foi recebida e usos que dela podem ter feito os próprios escravos e ex-escravos), Marcus Vinícius da Fonseca realiza um trabalho de peso sobre a educação de escravos e ex-escravos, um assunto ainda pouco estudado e que merece a reflexão dos pesquisadores, pois diz respeito diretamente à formação da nação brasileira. Durante todo o trabalho, Fonseca chama a atenção para a importância de novas pesquisas sobre o assunto, concluindo que “ao contrário do que se possa pensar em relação à educação enquanto mecanismo de uma possível promoção social dos negros em uma sociedade livre e de um discurso transformador, o que encontramos foi a construção de sofisticadas estratégias de dominação, cujo aspecto mais relevante foi a tentativa de estabelecer uma linha de continuidade com a sociedade escravista” (p. 184).

Surya Aaronovich Pombo de Barros
Mestranda no Programa de História e Historiografia da Educação
da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
E-mail: suryapombo@hotmail.com